

ÁFRICA INSUBMISSA: CRISTIANISMO, PODER E ESTADO NA SOCIEDADE PÓS-COLONIAL

Vinícius Venancio de Sousa

Graduando em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade de
Brasília (UNB). E-mail: vini.venancio2@gmail.com

MBEMBE, ACHILLE. *ÁFRICA INSUBMISSA: CRISTIANISMO, PODER E ESTADO NA SOCIEDADE PÓS-COLONIAL.* MANGUALDE; RAMADA: EDIÇÕES PEDAGO; LUANDA: EDIÇÕES MULEMBA, 2013. (1ª EDIÇÃO: PARIS: KARTHALA, 1988).

Achille Mbembe é um cientista político camaronense que possui vasta obra acerca dos estados e sociedades africanas após o colonialismo. Seu livro “África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial” foi lançado originalmente em 1988 e traduzido para língua portuguesa em 2013, visto a importância da sua produção acadêmica no debate sobre pós-colonialismo no continente africano. Esta obra representa um salto em sua produção, tendo em vista que ele sai do âmbito nacional, focado na República dos Camarões, para tratar da África de forma ampla, além de seu caráter inovador por tratar do processo pós-colonial a partir do próprio palco do colonialismo.

A obra se trata de um processo de desmistificação do que é apresentado na história “oficial” eurocentrada – que permeia o senso comum – sobre a colonização europeia no continente africano, com ênfase na inserção do cristianismo no continente e sua busca por hegemonia. O primeiro fator que chama atenção desde o prefácio da obra é a substituição do termo “nativo”, tão comum na escrita antropológica, por “indígena”, denotando um não-sujeito e aproximando-se da significação de autóctone. O autor traz esse termo a fim de determinar quais eram as sociedades sobre as quais o catolicismo teria tentando estabelecer hegemonia e, assim, facilitar o contraste entre elas: os colonizadores e os Estados pós-coloniais que surgiram após o processo de neocolonialismo.

Para o autor, o fator de mais relevância que ocorreu durante o acontecimento pós-colonial – conjunto de mudanças que ocorreram após a independência dos países na África – foi “o regresso ou a redescoberta das sociedades enquanto agentes centrais do presente e do futuro de África” (p. 79), dando a centralidade aos agentes internos, não aos elementos externos.

O foco principal da obra é compreender a forma com que se deu o encontro entre as sociedades indígenas e o cristianismo. Segundo o autor, o evento foi marcado por violência de ambos os lados, e em especial pelo comportamento agressivo das sociedades indígenas que não pretendiam se submeter à dominação europeia. A indisciplina e indocilidade demonstram a não passividade.

No primeiro capítulo, Mbembe apresenta duas hipóteses para o cristianismo nunca ter atingido a hegemonia - que se concretiza também pela coerção simbólica - no continente africano: o problema da definição de “Deus”, que difere entre os cristãos e os indígenas, e a falta de adesão dos próprios africanos às religiões cristãs. Contudo, isso não significa a ausência de conversões, e sim que elas não foram totalmente impostas pelo colonizador. As conversões se deram em cada comunidade de modo a satisfazer os interesses locais e particulares, invertendo o pensamento ocidental que apresenta os indígenas como passivos à ação colonial.

Ao contrário do exposto pelos países que estavam em posição de colonizadores, o autor afirma que estes foram incapazes de subjugar os povos colonizados e se impor hegemonicamente em território africano. Por este motivo, a ordem era mantida graças à transformação de crenças pagãs em heresia. Conquanto, o paganismo - “entendido como conjunto das práticas e dos saberes religiosos autóctones” (p. 140) - mantinha-se intrínseco às relações sociais e, por isso, o campo religioso e simbólico fazem-se tão importantes para a realização de uma análise social e política. Por isso, o autor argumenta que o fator religioso é um meio de mediar conflitos, legitimar novas formas de poder e autoridade e construir a ordem social.

Ao longo do segundo capítulo, Mbembe discorre acerca do papel da Igreja ao lado do poder colonial e da convivência dela com o mesmo, além de expor como essa situação auxiliou a perda de credibilidade no cristianismo no continente africano. O Ocidente, no papel de colonizador, ordena que o resto do mundo ressignifique os seus saberes, embora não exista forma de começar tudo do zero, subordinando os saberes produzidos e, então, garantindo a sua supremacia. A universalização a qual a Igreja se pautava não era a sua compreensão por todas as pessoas de todos os lugares do mundo, mas sim uma universalidade a partir da mudança radical do outro. “Com base na repetição dos modelos, saberes e símbolos ocidentais, estes (...) eram tomados abusivamente por ‘universais’” (p. 141).

Portanto, Mbembe diz que o processo de propagação da fé cristã não foi pacífico, marcado pelo jogo de soma-zero, no qual para o catolicismo vigorar era necessário acabar com as divindades indígenas, já que a proposta cristã divergia consideravelmente do pensamento (ou inteligência, como o autor usa) africano. Para tal, o processo de evangelização se deu a partir da teologia da maldição, que apresenta o continente africano enquanto terra maldita que precisa buscar a salvação em Jesus.

A Igreja Católica contribuiu com o estabelecimento do aparato colonial devido ao seu posicionamento ambíguo, que ora colocava os indígenas como parte da humanidade perante Deus, ora apresentava o *modus operandi* europeu como a

única forma dos indígenas alcançarem o status de sujeito. Apesar de o catolicismo remeter primordialmente a sua raiz ocidental, Mbembe ressalta que em cada região do mundo em que ele é implantado, valores locais são inseridos, tendo a Igreja sido africanizada pelos indígenas.

Em “O crepúsculo da ordem ancestral”, o papel dos etnólogos – tanto não-africanos quanto africanos – é visto de forma dúbia por causa da relação deles com a situação colonial. Ao mesmo tempo em que os antropólogos viam as sociedades africanas como estáticas, pagãs, selvagens e primitivas, foi por causa deles que se tornou “possível conservar e reunir inúmeros materiais” (p. 48), já que durante o período pós-colonial cresceu o movimento de resgate da tradição africana.

O anti-intelectualismo durante o acontecimento pós-colonial surge em resposta ao trabalho que os antropólogos africanistas desenvolveram no continente, já que as várias décadas de etnologia e africanismo acabaram por fazer crer que o africano é incuravelmente religioso, sendo este o quesito utilizado para justificar o “atraso” dos países na África em comparação às economias centrais.

A partir da retomada da inteligência ancestral, que também estava inserida em um campo de forças, os indígenas iniciaram o processo de inculturação da fé católica, no qual tanto o cristianismo quanto a inteligência africana se influenciaram, embora as significações antigas não operem atualmente da mesma forma que operavam em seu contexto histórico. Com isso, diferentes sistemas simbólicos estavam em jogo e as pessoas transacionavam entre eles da forma que melhor conviesse, sempre visando a sobrevivência da pessoa que estava em negociação, já que a vontade de viver é apresentada como imperativo supremo nas sociedades africanas.

Na tentativa de compreender o cristianismo através de sua face popular, Mbembe apresenta, na quarta parte do livro, a ideia de que “a inteligência teológica africana resume a memória indígena do cristianismo a uma memória da derrota, o que é um ponto de vista simplista” (p. 64), já que várias – e diferentes – leituras devem ser feitas sobre a inserção do cristianismo na África. O fato de manterem o uso das línguas maternais representa que, se houve derrota, ela não foi total.

Ainda, o autor afirma que “a ‘conversão’ dos africanos à proposta cristã não foi integral nem definitiva, foi sempre susceptível de ser renegociada” (p. 69), ao contrário do que a história oficial costuma narrar. Grupos, ao perceber a dimensão que o governo colonial adquiria e sua irreversibilidade, aprimoram sua capacidade de negociação com o governo para que os seus respectivos sistemas de pensamento sobrevivessem, assim como houveram chefes de comunidades que adotaram a nova

fé em prol de benefícios econômicos e políticos. Ainda, houve indígenas que usaram o cristianismo para reduzir as clivagens sociais. Os rumores de profecias e curas ajudaram a dar visibilidade e trazer adeptos para o cristianismo, que foi recebido como uma nova forma de magia.

Contudo, a aliança não garantia a proteção deles pela repressão que a máquina colonial causava. Por essa via eles conseguiram manter seus mitos, crenças e outros. Os indígenas negociaram tudo que poderia ser negociado, até o nível que não ameaçasse a sua sobrevivência.

Em “Precariedade material, piedade popular e narração simbólica”, o foco é dado à efervescência religiosa, que ganhou força na África após a descolonização, e ao modo como as religiões do “Livro” influenciaram, a partir de suas visões de verdade, a sustentação do colonialismo. A Igreja Católica não conseguiu acompanhar a dinâmica das sociedades indígenas, em especial no que tange ao (re)aparecimento de religiões, sendo várias delas resgatadas da inteligência ancestral, chamadas pejorativamente de seitas pelos colonizadores. Com a dinamização da piedade popular africana, os sonhos e visões oníricas voltam a receber papel de destaque, assim como o misticismo que envolve a noite e o invisível. Esses acontecimentos demonstram a impossibilidade de o cristianismo reinar enquanto religião soberana.

Durante o período de pós-dependência, ao mesmo tempo em que os estados nacionais buscavam reavivar as especificidades culturais das sociedades africanas, gerava-se o risco de vê-las inertes, já que ao resgatar as “tradições” não se podia modificá-las. Com isso, corre-se o risco de voltar a visão estatizante, atemporal e homogênea dessas sociedades, características fortemente refutadas por Mbembe ao longo de sua obra.

Segundo a ótica do autor, a retomada das modalidades ancestrais vem da tentativa de reaver a ordem, rompida outra vez pelo “fim” do colonialismo. A dinâmica de transformação da ordem só é possível pela capacidade de a identidade cultural estar permanentemente em mudança. A partir deste gancho, o Estado pós-colonial, enquanto Estado teológico, entra em disputa com os grupos religiosos na luta pelo monopólio da versão da verdade, que ao invés de gerar estabilidade, acaba por provocar mais conflitos. Os Estados Teológicos – que continuavam a operar de acordo com o sistema lógico e os paradigmas do sistema colonial – visavam instituir a visão legítima e, a partir dela, construir a identidade nacional, fazendo uso dos mitos. Os mitos seriam histórias que aconteceram no passado, sob um ponto de vista específico, que justificariam o atual funcionamento da sociedade em questão.

Com influência da instabilidade gerada pela disputa pelo papel de porta-voz

da “história verídica” da nação, a governabilidade se torna um problema latente nas nações africanas, que assim se formam a partir da lógica ocidental. Países com partido único e poder centralizado proliferam-se neste período, muitos deles por causa de golpes de Estados, embora o autor frise a tradição autoritária é apenas mais uma das múltiplas formas de governo presentes na África.

O poder político na África, de acordo com o autor, difere-se consideravelmente da visão ocidental. Para os indígenas, um líder deve cuidar de seu povo, protegê-lo de seres maléficos, tanto dos visíveis quanto dos invisíveis (para os ocidentais), além de fazer com que todos sob seu manto se sintam de alguma forma ligados à sua figura. Contudo, dentro do contexto de globalização e hegemonia do sistema ocidental, o poder só era visto como possível – e legítimo – se viesse de um aparato estatal tal qual o modelo ocidental. Por este motivo, o autor critica a forma como se deu a implantação desse modelo de Estado em contextos africanos, que, por ser um produto importado, não se encaixa tão bem à(s) realidade(s) local(is) quanto era desejado. Assim, para garantir a estabilidade dos Estados, os governantes dos países na África cerceavam as liberdades individuais em prol de “um bem maior”: a homogeneização dos países para gerar a identidade nacional.

Nos dois últimos capítulos, Mbembe retorna aos impactos gerados que podem surgir da difusão do cristianismo em território africano. Pelo primeiro ponto, é mostrada a forma como os grupos religiosos advindos dos países centrais desprezam a vida do indígena, importando-se apenas em congregar mais almas para o seu rebanho. O desprezo é muito caro a ele, já que, no momento de escrita do trabalho, o conflito da fome dilacerava as, por ele denominadas, sociedades da miséria, que pautavam as relações sociais pela busca por alimentos e foram pouco ajudadas por quem tanto defendia o amor ao próximo. Ainda, o autor apresenta como o cristianismo era dividido em classes, separando as pessoas por renda.

Ao final de sua obra, Mbembe critica a visão etnocêntrica e preconceituosa de que os fatores religiosos, que auxiliam a reger as sociedades indígenas, as tornem piores que as demais, tendo em vista que a origem do catolicismo é europeia. O que no ocidente “se denomina abusivamente ‘o regresso do religioso’”, não passa do resultado “da crise da razão e das ideologias, que também faz parte dos desafios culturais que a Europa deve revelar no seu próprio território” (p. 154). Por fim, o autor aponta a censura realizada pela Igreja aos itens pagãos das sociedades indígenas a fim de tentar se tornar hegemônica, fato este não alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mbembe, Achille. **África Insubmissa**: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013. (1ª Edição: Paris: Karthala, 1988).